

MONITOR

JANEIRO 2021



REPÓRTER
BRASIL

“TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA CARNE”

Oitavo número do Monitor, boletim que divulga os estudos setoriais e de cadeia produtiva da Repórter Brasil, analisa a relação entre a produção pecuária brasileira e o trabalho escravo contemporâneo

*Alojamento improvisado em
fazenda de pecuária*

MONITOR #8

EXPEDIENTE

EDITOR

Marcel Gomes

“Trabalho escravo na indústria da carne”

PESQUISA E TEXTO

André Campos (Coordenação)

Piero Locatelli

FOTOS

Subsecretaria de Inspeção do Trabalho/ Ministério da Economia
e Avenier Prado (capa)

Subsecretaria de Inspeção do Trabalho/ Ministério da Economia (p.03, p.12, p.14, p.18 e p.20)

Axel Mellin por Pixabay (p.04)

Michael Gaida por Pixabay (p.06 e p.11)

Ascom MPT Bahia (p.07)

Álvoro Rezende (p.10)

Ahmed DRIDI por Pixabay (p.19)

João Laet (p.22)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Almeida

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Marília Ramos

ENDEREÇO

Rua Bruxelas, 169.

São Paulo - SP - Brasil

CEP 01259-020



**REPÓRTER
BRASIL**

CONTATOS



biobr@reporterbrasil.org.br



ONGReporterBrasil



@reporterb

(55 11) 2506-6570

(55 11) 2506-6562

(55 11) 2506-6576

(55 11) 2506-6574

INTRODUÇÃO

Este relatório aborda a relação entre a produção pecuária brasileira e o trabalho escravo contemporâneo, crime previsto no Código Penal e em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Em 2020, as políticas oficiais para o combate deste crime no Brasil completaram 25 anos. Foi somente em 1995 que governo federal brasileiro reconheceu oficialmente a existência de formas contemporâneas de escravidão no país.

Desde então, uma série de ações governamentais e da sociedade civil foram desenvolvidas para enfrentar o problema. Os resultados dessas ações mostram que a criação de bovinos ocupa um papel de destaque no panorama geral do trabalho escravo, respondendo por uma parcela significativa dos casos verificados em território nacional.

Na primeira parte do relatório, é apresentado um histórico da ligação entre pecuária e trabalho análogo ao escravo no Brasil. Nela, também são descritas as leis e normativas que regem o combate ao crime no país, bem como as políticas corporativas desenvolvidas por empresas relevantes do setor visando restringir a exploração dos trabalhadores em suas cadeias de fornecimento.

Alguns estudos de caso são apresentados a seguir. Eles trazem exemplos recentes mostrando como, após mais de 10 anos de políticas corporativas sendo anunciadas para enfrentar o problema, ainda é possível encontrar diversos elos que ligam grandes empresas do setor a fazendeiros que utilizam mão de obra escrava.

Cômodo onde dormiam os trabalhadores e seus pertencentes eram guardados na fazenda Umuarama, no Tocantins

METODOLOGIA

Os estudos de caso têm como ponto de partida situações de escravidão contemporânea flagradas em anos recentes pelo governo brasileiro, ou que estiveram na “lista suja” do trabalho escravo durante os últimos cinco anos. Os casos partem de fiscalizações realizadas pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, órgão que integrava o Ministério do Trabalho até 2 de janeiro de 2019, e desde então é parte do Ministério da Economia.

Com base nesse escopo inicial, foi feita uma série de investigações e cruzamentos de informação para mapear a cadeia produtiva envolvendo as propriedades. Os casos aqui apresentados são resultado deste trabalho.

Isso não significa que outros casos e conexões não possam existir. Há diversas limitações nas fontes de informação de cadeias produtivas acessadas pela Repórter Brasil – em relação ao escopo temporal das informações, ao trânsito geográfico exato dos produtos, à identidade de todos os fornecedores e clientes. Por isso mesmo, as situações aqui apresentadas devem ser encaradas como exemplos de uma rede relações comerciais certamente mais ampla.

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

O governo federal brasileiro admitiu publicamente a existência do trabalho escravo contemporâneo perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995. Assim, o Brasil se tornou uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema em seu território. De 1995 até os dias atuais, mais de 55 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão. As fiscalizações são comandadas principalmente por auditores fiscais do trabalho do Ministério da Economia.

Apesar do número relativamente alto de trabalhadores resgatados, seria um erro supor que ele representa algo próximo da totalidade dos casos que ocorrem no país. Muitas situações de escravidão contemporânea nunca chegam a ser denunciadas, e há inclusive uma grande quantidade de denúncias

apresentadas às autoridades que não chegam a ser fiscalizadas.

O problema é espalhado por todo o território nacional, e há registros de trabalho escravo em todos os estados brasileiros. Tradicionalmente, a mão de obra submetida à escravidão contemporânea é empregada em atividades econômicas desenvolvidas na zona rural, como a pecuária, a produção de carvão e os cultivos agrícolas. Mas, nos últimos anos, essa situação também tem sido verificada com mais frequência em centros urbanos, especialmente na indústria têxtil e construção civil. Apesar disso, os casos registrados na zona rural ainda constituem a maioria.

Os trabalhadores rurais libertados durante fiscalizações são, em sua maioria, migrantes que deixaram suas casas com destino a regiões de produção agrícola. Saem de suas cidades atraídos

por falsas promessas de aliciadores, ou migram forçadamente pela vulnerabilidade econômica em que vivem.

O trabalho escravo não pode ser entendido apenas como uma mera infração à legislação trabalhista. Trata-se de um crime, tipificado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB), que ofende sobretudo a dignidade humana. Segundo a redação do artigo 149 – que prevê pena de dois a oito anos de prisão, além de multa, a quem cometer esse crime – qualquer um dos quatro elementos a seguir é suficiente para configurar a exploração de trabalho “em condição análoga à de escravo”:

	Trabalho forçado: pessoas obrigadas a trabalhar sob ameaças de violência física, psicológica ou isolamento geográfico;
	Jornada exaustiva: trabalhadores submetidos a jornadas que vão muito além das horas extras e que colocam em risco sua integridade física;
	Condições degradantes: pessoas instaladas em alojamentos insalubres, sem acesso a EPI, a alimentação decente e a água potável;
	Servidão por dívida: trabalhadores presos ao trabalho por conta de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, alojamento e outros.

É uma condição, portanto, que não se define apenas, segundo a lei brasileira, pela restrição da liberdade das vítimas. Praticam também trabalho escravo aqueles que submetem a mão de obra a condições que ferem a dignidade básica dessas pessoas, colocando inclusive em risco a sua vida devido a condições degradantes de trabalho, alojamento ou alimentação.

Quando os auditores fiscais do Ministério do Trabalho vão a campo e encontram trabalhadores em condições análogas às de escravo, geralmente depois de alguma denúncia, é realizado o chamado “resgate”. No ato da fiscalização, que em algumas situações pode

contar com escolta da Polícia Federal (PF), o empregador é obrigado a quitar todos os direitos previstos pela legislação trabalhista brasileira.

O relatório de uma fiscalização que flagra trabalhadores em condições de escravidão também é encaminhado ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que pode cobrar na Justiça do Trabalho o pagamento de indenizações por danos morais individuais e coletivos. Já na esfera penal, é o Ministério Público Federal (MPF) que tem a competência para processar o empregador pelo crime de trabalho escravo, conforme o previsto no artigo 149 do Código Penal. Em caso de condenação, a pena é de-

finida pela Justiça Federal – e não pela Justiça do Trabalho.

A impunidade, no entanto, ainda é um dos principais gargalos do enfrentamento do trabalho escravo no Brasil. Enquanto punições em âmbito civil têm sido aplicadas, penas de ordem criminal são ainda raras. Conflitos jurisdicionais – acerca da competência de cortes estaduais ou federais para julgar o crime – e atrasos no sistema judiciário permitem frequentemente a prescrição de casos.

A “LISTA SUJA” DO TRABALHO ESCRAVO

Em 2003, o governo federal criou a “lista suja” do trabalho escravo, que se tornou nos anos seguintes um dos principais instrumentos de combate a esse crime em cadeias produtivas. Trata-se de um cadastro atualizado semestralmente, originalmente mantido pelo Ministério do Trabalho e, após a sua extinção, pelo Ministério da Economia. Ele torna públicos os dados dos empregadores autuados pelos auditores fiscais por submeterem seus empregados a situações de escravidão.

É importante ter em mente que a “lista suja” é um instrumento administrativo do poder executivo federal,

cujas constitucionalidade foi atestada pelo Supremo Tribunal Federal em setembro de 2020. Ela não tem a sua criação baseada em uma lei, mas sim em uma portaria administrativa do Executivo que visa dar transparência às ações de fiscalização.

Isso quer dizer que, para ter seu nome incluído no cadastro, o empregador não precisa ser necessariamente condenado judicialmente pelo crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Mas a inclusão só ocorre depois de ele responder a um processo administrativo no âmbito do Ministério da Economia, com direito à defesa para o empregador.

Esse processo pode levar meses ou até muitos anos, e segue os diversos procedimentos administrativos previstos na portaria interministerial nº 4 de 11/05/2016. Uma vez citado no cadastro, seu nome permanece por pelo menos dois anos. Se todas as pendências trabalhistas e previdenciárias forem resolvidas e se não houver reincidência durante esse período, os dados podem então ser retirados.



PECUÁRIA E TRABALHO ESCRAVO

Historicamente, a maior parte dos casos de trabalho escravo acontecem na região rural, e a pecuária é o setor onde o problema está mais concentrado. De acordo com dados do Governo Federal sistematizados pela Comissão

Pastoral da Terra, mais de metade dos casos de trabalho escravo flagrados no Brasil entre 1995 e 2020 aconteceram no setor da pecuária. Foram 1950 casos, que representam 51% do total. A pecuária também é o setor de onde

mais trabalhadores foram resgatados. Foram 31% dos libertados, somando um total de 17.253 resgatados.



Número de casos e trabalhadores resgatados por ano

ANO	TRABALHADORES LIBERTADOS	CASOS	ANO	TRABALHADORES LIBERTADOS	CASOS
1995	51	12	2009	604	120
1996	264	9	2010	792	106
1997	4	12	2011	530	96
1998	159	15	2012	532	70
1999	582	18	2013	284	71
2000	280	27	2014	319	49
2001	980	49	2015	181	36
2002	1274	158	2016	214	36
2003	3148	189	2017	145	31
2004	1325	154	2018	118	28
2005	1406	176	2019	140	27
2006	1393	157	*2020	18	8
2007	1465	162	TOTAL	17253	1950
2008	1045	134			

Fonte: Dados do Governo Federal sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra

* Dados disponíveis até outubro de 2020

Esses números não representam o total do problema, mas somente os casos em que aconteceu o resgate por parte de fiscais do governo federal. Percebe-se, além disso, uma queda significativa no número de casos e resgatados durante na última década. Tal situação está relacionada a uma diminuição na quantidade de fiscalizações realizadas pelo governo federal,

motivada por fatores tanto orçamentários quanto ideológicos. A redução no número oficial de resgates, portanto, não pode ser entendida como o resultado de uma redução drástica na quantidade dos casos de trabalho escravo que ocorrem.

As situações precárias vivenciadas em pastagens convivem, ao mesmo tempo, com uma indústria de carne

cada vez mais integrada a mercados globais, que cresceu ao longo das últimas décadas e que hoje lidera mundialmente o setor. O Brasil é, atualmente, o maior exportador de carne bovina do mundo. Vende seus produtos a todos os continentes e tem um rebanho com mais de 200 milhões cabeças de gado.

DAS FAZENDAS AOS FRIGORÍFICOS

AS ETAPAS DA PECUÁRIA

A pecuária de corte envolve as fases de cria, recria e engorda, que representam diferentes momentos no desenvolvimento dos animais.

CRIA

Na bovinocultura de corte, a fase de cria compreende a reprodução e o crescimento do bezerro até a desmama, que ocorre geralmente entre seis e oito meses de idade.

RECRIA

A recria ocorre da desmama até o início da reprodução das fêmeas ou fase de engorda dos machos. A recria é a que retém os animais por mais tempo. Em animais abatidos aos quatro anos, pode prolongar-se por cerca de 30 meses.

ENGORDA

Esta última etapa tem o objetivo de preparar o animal para o abate. É o momento em que se estimula o ganho de peso do animal, para aumento do volume de produção.

Existem pecuaristas que trabalham com todas as fases da criação de gado. Uma grande parcela, no entanto, dedica-se a apenas uma ou duas das etapas descritas acima. Diversos

fatores são determinantes para isso, como, por exemplo:

1) A capacidade de investimento do pecuarista em infraestrutura e alimentação;

2) A localização geográfica da propriedade e sua proximidade com plantas de abate;

3) A qualidade das pastagens em diferentes áreas.

Essa situação gera um intenso comércio de animais pré-abate. Fazendas dedicadas somente à engorda compram gado de corte de outras áreas e produtores. Da mesma forma, fazendeiros dedicados à cria e recria tem como principal cliente outros produtores rurais.

Tal conjuntura faz com que uma grande parcela dos pecuaristas em atividade no Brasil não negocie seus animais diretamente com frigoríficos e abatedouros. Eles são, portanto, fornecedores indiretos da indústria de processamento de carnes. Uma realidade que tem reflexos no escoamento da produção oriunda de empregadores que utilizam mão de obra escrava, tal como será mostrado nos estudos de caso.

O PACTO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Dois anos após a criação da “lista suja”, em 2005, foi lançado no Brasil o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Trata-se de um acordo multisetorial que reúne empresas brasileiras e multinacionais formalmente comprometidas em eliminar o uso de mão de obra escrava de suas cadeias produtivas brasileiras. O pacto conta com mais de 400 signatários, entre eles muitas das maiores empresas atuantes no país.

Seus signatários se comprometem a cumprir 10 compromissos – linhas de ação que as empresas devem desenvolver para enfrentar o trabalho escravo. Um deles é justamente utilizar a “lista suja” para o monitoramento dos seus negócios. Ao assinar o Pacto – iniciativa que tem o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, as empresas se comprometem a restringir relações comerciais com os empregadores inseridos no cadastro do governo federal.

Os signatários atuais incluem grandes empresas do setor de carne bovina, incluindo os três maiores frigoríficos brasileiros – JBS, Marfrig e Minerva. Todas elas afirmam adotar mecanismos de monitoramento, inspecionados por auditorias independentes, visando bloquear da sua lista de fornecedores os pecuaristas presentes na “lista suja”.

FORNECEDORES INDIRETOS

No entanto, ausência de mecanismos de rastreabilidade para identificar os “fornecedores de fornecedores” reduz significativamente a efetividade das medidas de controle. Uma parcela considerável dos casos de escravidão na pecuária não ocorre em fazendas que fornecem animais diretamente ao abate – mas sim em propriedades de cria e recria que transferem o gado para a engorda em outros estabelecimentos. Quando isso ocorre, os frigoríficos não dispõem de instrumentos para identificar a situação. Permanecem, portanto, suscetíveis à aquisição de gado oriundo de fornecedores escravagistas.

A lacuna está inclusive ligada a sanções recebidas no âmbito do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Em 2012, a JBS chegou a ser suspensa do Pacto por descumprir obrigações previstas no monitoramento da cadeia de fornecedores. Em janeiro de 2014, no entanto, foi readmitida entre os signatários.

“Visto que a JBS apresentou propostas e metodologias que visam controlar o sistema de compras da empresa, mas não lida diretamente com o problema central da pecuária brasileira, à saber a triangulação do gado, a empresa irá

liderar e apoiar a criação de Grupo de Trabalho específico do setor de pecuária, que tem como objetivo mapear os problemas setoriais apresentando possíveis soluções”, informou à época uma nota do Comitê de Coordenação e Monitoramento do Pacto.

Mesmo assim, passados sete anos, o setor ainda não conseguiu produzir uma resposta efetiva para mapear os seus fornecedores indiretos. Situação que, além de tornar tais empresas vulneráveis ao trabalho escravo, também gera o risco de contaminação de suas cadeias de fornecimento com o desmatamento legal.

Em 2020, as maiores empresas frigoríficas do país renovaram as suas promessas para resolver o problema de rastreabilidade. A Marfrig afirmou que, até 2030, será capaz de identificar 100% de sua cadeia produtiva. A JBS, por sua vez, anunciou que desenvolverá um sistema de monitoramento dos indiretos até 2025. Ainda não há clareza, no entanto, sobre como concretamente tais objetivos serão alcançados.

PREVENÇÃO E REMEDIÇÃO

De qualquer forma, a rastreabilidade dos fornecedores indiretos não deve

ser encarada como uma solução definitiva ou plenamente satisfatória para eliminar o trabalho escravo das redes de fornecedores. Conforme já ressaltado, o Brasil vive hoje uma redução dramática na quantidade de fiscalizações trabalhistas realizada no campo. Assim sendo, o pequeno contingente de pecuaristas incluídos na “lista suja” torna-se cada vez menos representativo do conjunto total dos casos de escravidão em fazendas de gado.

Nesse contexto, faltam políticas corporativas para além do uso da “lista suja” no monitoramento de fornecedores. A prevenção do crime em fazendas fornecedoras, ou mesmo a reparação dos danos causados a trabalhadores, ainda são temas tratados de forma absolutamente secundária pelo setor.

Conforme mostram alguns exemplos listados dos estudos de caso elencados abaixo, há situações em que o flagrante de trabalho escravo ocorre poucas semanas antes ou depois do fornecimento de animais aos frigoríficos. Tal situação evidencia o risco de contaminação, em redes de fornecedores, com gado que foi manuseado por trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos.



ESTUDOS DE CASOS

Os casos abaixo retratam rastreamentos de cadeia produtiva focados em fazendas e empregadores que foram autuados pelo crime de Trabalho Análogo ao Escravo. Eles estão ligados à cadeia de fornecedores de frigoríficos em diferentes regiões e biomas brasileiros, conforme metodologia descrita anteriormente.

TAQUES THOMAZELLI

CADEIA PRODUTIVA

Em outubro de 2019, o frigorífico da JBS de Campo Grande (MS) abateu gado da Fazenda Copacabana, localizada no município de Aquidauana (MS). Outra planta da empresa, em Anastácio (MS), recebeu gado da mesma fazenda em dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

As vendas foram feitas diretamente da propriedade onde se identificou o uso de mão de obra escrava. A Fazenda Copacabana também é conhecida como Piúva Rosa.

EMPREGADORA

A Fazenda Copacabana é controlada por Fernanda Taques Thomazelli, residente em Campo Grande (MS). Ela é filha de José Thomazelli – responsável, segundo a fiscalização trabalhista, pela administração da propriedade.

A propriedade é arrendada e faz parte do espólio de Orestes Rodrigues dos Reis, que foi vereador em Aquidauana.

TRABALHO ESCRAVO

O caso foi flagrado pelo governo federal em uma fiscalização realizada iniciada em 29/08/2019 e encerrada em

10/09/2019 – ou seja, semanas antes de um dos abates relatados acima. A fazenda e o empregador responsabilizado foram incluídos na “lista suja” em 2020.

DESCRIÇÃO DO CASO

O resgate envolve nove trabalhadores, todos residentes na Terra Indígena Taunay/Ipegue, área habitada por indígenas da etnia Terena. Eles trabalhavam na limpeza de pasto da área, “de segunda a sábado, das 05h30 às 17h15, com intervalo para almoço entre 11h e 13h15”. O trabalho era inicialmente controlado por José Thomazelli, que contratou a mão de obra com um intermediário conhecido como “Sr. Jair”. Este recebeu o valor de 8.500 reais por toda a empreitada, e pagaria a cada um dos demais um valor correspondente a 40 reais por dia trabalhado.

Os empregados da fazenda copacabana não tinham qualquer tipo de registro formal, não foram submetidos a exame admissional e jamais receberam qualquer tipo de equipamento protetivo, como botas, perneiras, luvas e chapéus ou bonés com proteção da nuca.

Os trabalhadores não tinham um alojamento disponibilizado pelo patrão e moravam na aldeia indígena localizada há mais de duas horas por estrada de terra. Por isso, improvisaram uma moradia no local. Segundo depoimento, “o local para dormir é um barraco feito com troncos de árvores, cobertos de palha e lona plástica, sem paredes, com piso sem pavimentação (chão batido), com camas feitas de tarimbadas de galhos de árvores, sendo que os colchões e roupas de cama foram trazidos pelos próprios trabalhadores”.

O local disponibilizado aos trabalhadores, segundo os auditores, “não atendia aos requisitos legais estipulados para tal área de vivência, configurando, na verdade, precárias condições de conforto, que os exponham a riscos diversos, tais como acidentes com animais peçonhentos e silvestres, exposição à intempéries (chuvas, ventos, poeira e frio) e, portanto, sujeitos a variados agravos à saúde relacionados ao trabalho”.

Os trabalhadores não tinham qualquer tipo de instalação sanitária, e “ficavam sujeitos a satisfazer as necessidades fisiológicas de excreção em meio à vegetação local e tomar banho com canecas e recipientes de plásticos de armazenamento de água, sem qualquer condição de privacidade e segurança”.

Não havia local para refeições, que eram preparadas pelos próprios trabalhadores em barracos de lona, sem qualquer estrutura para isso.

Os trabalhadores não possuíam acesso à água potável para consumo ou banho, e toda água vinha de uma caixa d'água em condições precárias. Segundo o depoimento de um trabalhador, eles bebiam “água da caixa d'água, sendo que a água vem com muita sujeira e possui cor turva e por vezes verde, com gosto de água salobra”.



Local onde dormiam os trabalhadores na fazenda Copacabana, no Mato Grosso do Sul

CADEIA PRODUTIVA

A Fazenda Rodoserv IV, onde foi encontrado o caso de trabalho escravo, forneceu gado diretamente à planta da JBS em Naviraí (MS) nos meses de janeiro e outubro de 2019. Também encaminhou animais à mesma unidade em fevereiro e abril de 2020. Além disso, vendeu gado para outro frigorífico da empresa, localizado em Ponta Porã (MS), nos meses de setembro, novembro e dezembro de 2019.

Também há um potencial relação indireta entre a fazenda e o frigorífico. A Fazenda Rodoserv IV vendeu gado

para a Fazenda Triângulo em abril de 2019. Esta última, por sua vez, forneceu animais para a JBS de Naviraí em maio do mesmo ano.

EMPREGADOR

Residente na cidade de Botucatu (SP), Martini é sócio do grupo Rodoserv, uma grande rede de postos e serviços de alimentação em estradas.

TRABALHO ESCRAVO

O caso de trabalho escravo foi flagrado em uma fiscalização iniciada em outubro de 2019. O processo administrativo relacionado à autuação ainda não foi concluído. A inclusão do em-

pregador na “lista suja”, portanto, ainda não foi decidida.

DESCRIÇÃO DO CASO

A operação resgatou seis trabalhadores, sendo que quatro deles eram migrantes paraguaios. Todos trabalhavam na operação de construção e recuperação de cercas (cerqueiros).

Quatro deles estavam há mais de dez anos na mesma fazenda, onde eram submetidos às condições degradantes. Eles afirmam que trabalhavam “das 04:30 às 11:00 e das 13:00 às 17:30 de segunda à sábado, e às vezes de domingo também”.

Entre os problemas constatados pelos auditores fiscais do trabalho estão:

A água disponibilizada não era higiênica, sendo retirada de um córrego próximo das frentes de trabalho. O mesmo córrego era utilizado pelo gado. A água era quente e turva, sem nenhum tipo de tratamento de purificação ou filtragem, e era guardada em garrafas plásticas.

Em um dos alojamentos, “os trabalhadores eram obrigados a tomar banho com baldes reutilizados de agrotóxicos e canecas, à beira de um córrego existente a cerca de 150 (cento e cinquenta) metros do alojamento, ao ar livre, sem nenhum conforto térmico, privacidade e segurança”.

Um trabalhador paraguaio afirma que eles “construíram acampamento com galhos de árvores cobertos com lona plástica, abertos nas laterais” e que “no local não existe nenhuma estrutura de sanitário, banheiro e cozinha, sendo que os trabalhadores se utilizavam do mato como sanitário”.

Os empregados não foram registrados pelo empregador ou submetidos a exame médico admissional, e tampouco receberam equipamentos de proteção individual.



Camas improvisadas sobre galões de lubrificantes na fazenda Rodoserv IV



Carne guardada para o consumo dos trabalhadores na fazenda Rodoserv IV

RAFAEL PEDRON VICENTE

CADEIA PRODUTIVA

A Fazenda Morro Esperança, em Corumbá (MS), vendeu gado para a unidade da JBS no município de Anastácio (MS) em maio e agosto de 2017. Ela também é conhecida como Fazenda Santo Antônio.

EMPREGADOR

A propriedade pertence a Rafael Pedron Vicente, residente na cidade de Campo Grande (MS).

TRABALHO ESCRAVO

O pecuarista foi responsabilizado pelo emprego de mão de obra escrava em uma fiscalização iniciada em abril de 2017. A inspeção foi concluída no mês seguinte – justamente quando a propriedade forneceu gado para a JBS. O caso foi incluído na lista suja em março de 2019.

DESCRIÇÃO DO CASO

Os cinco trabalhadores resgatados eram responsáveis pela construção e manutenção de cercas dentro da propriedade. Estavam, segundo a fiscalização, submetidos a condições degradantes de trabalho. Dois deles eram paraguaios e sequer possuíam documentos. Todos foram contratados por um primo de Rafael Pedron Vicente. Ele atuava, segundo a fiscalização, como o gerente da fazenda.

Figuram entre os problemas constatados:

Os trabalhadores moravam em um "barraco de maneira improvisado, com piso de terra", onde também era estocado o sal para o gado e o material de montaria. Eles não tinham camas disponíveis. Dormiam sobre tábuas de madeira e tijolos, com "tarimbas" improvisadas. Nenhuma roupa de cama era fornecida pelo empregador.

Inexistia no local qualquer tipo de banheiro ou instalação sanitária adequada. Segundo a fiscalização, "esses empregados ficavam sujeitos a satisfazer as necessidades fisiológicas de excreção em meio à vegetação local e a tomar banho ao lado de fora do barraco, com uma mangueira pendurada de forma improvisada em local sem qualquer barreira visual". Até havia banheiros em uma edificação a cem metros do local onde ficavam os trabalhadores. No entanto, eles não tinham a autorização para utilizá-la.

Não havia espaço adequado para preparar e armazenar alimentos. Os trabalhadores faziam suas refeições em um "fogareiro improvisado, composto de chapas de ferro oxidados sobre tijolos, e localizado na parte externa do barraco, sobre piso de terra". Os alimentos eram guardados dentro do barraco, no mesmo ambiente onde dormiam os trabalhadores.

As pessoas resgatadas nunca receberam nenhum tipo de equipamento de proteção individual, tendo que trabalhar com as próprias roupas e calçados.

JOAQUIM BAHIA EVANGELISTA

CADEIA PRODUTIVA

Em dezembro de 2018, dois meses depois de entrar na “lista suja”, a Fazenda 4 de Outubro forneceu gado para ser engordado em uma outra propriedade na região Norte do Tocantins – a Fazenda Pateiro, localizada no município de Araguañã.

A Fazenda Pateiro, por sua vez, vende animais para o frigorífico do Minerva localizado em Araguaína (TO). Ela encaminhou gado para ser abatido na unidade por diversas vezes entre 2019 e 2020.

EMPREGADOR

A Fazenda 4 de Outubro pertence a Joaquim Bahia Evangelista, que re-

sponde e possui escritório na cidade de Anicuns (GO).

TRABALHO ESCRAVO

O caso foi flagrado durante uma fiscalização realizada em março de 2017, tendo sido incluído na “lista suja” em outubro de 2018.

DESCRIÇÃO DO CASO

O trabalhador resgatado era um idoso com mais de 65 anos. Responsável pela construção e manutenção de cercas, começou a trabalhar na fazenda cerca de um ano e meio antes do resgate. Foi arregimentado pelo próprio dono da propriedade.

Ele relatou que recebia inicialmente R\$40,00 por dia, e teve o salário aumentado para R\$ 50,00 diários após “muita insistência”. Os pagamentos foram feitos com regularidade até setembro de 2016, e de maneira menos uniforme a

partir dali. O próprio empregado anotava os pagamentos. Segundo seus cálculos, o patrão devia a ele 186 diárias no momento da fiscalização.

O funcionário também narra que, durante sete meses, prestou outros serviços ao fazendeiro, como o cuidado de porcos e galinhas da propriedade, mas nunca recebeu remuneração por essas atividades.

No período em que trabalhou na fazenda, ele chegou a sofrer um acidente de trabalho “após partículas de metal incandescente atingirem seu olho durante os cortes de barras roscadas de ferro”. O patrão estava na fazenda no momento do acidente, mas somente após três dias pediu ao tratorista para levá-lo ao médico na cidade. Na ocasião, o trabalhador gastou cerca de R\$ 300,00, mas não foi ressarcido pelo patrão.

Os auditores encontraram uma série de irregularidades enquadradas como condições degradantes de trabalho – que configuram, segundo a lei brasileira, situação de trabalho análogo ao escravo. Entre elas destacam-se:

A condição deplorável do alojamento. Na descrição dos auditores fiscais, “seu acesso se dava pela área do curral, repleto de lama e fezes do gado que por ali circulava diariamente. A área interna do alojamento estava completamente suja, úmida e repleta de fezes de morcego”. O telhado permitia a entrada de água da chuva dentro do alojamento. Em um dos quatro cômodos do local, o trabalhador improvisou a cozinha onde fazia seus alimentos. Não havia qualquer local adequado para a guarda de objetos pessoais e alimentos, o que “fazia com que tudo ficasse espalhado e desorganizado pelo ambiente úmido e sujo”. Sem o fornecimento de colchões ou roupa de cama, o trabalhador morava em uma rede improvisada.

O banheiro estava “completamente imundo”, sem condições de funcionamento. O local onde o trabalhador estava era frequentado por cães, aves e porcos que “defecavam por todos os lados”.

Não havia água potável no local, que era trazida até ali de outra propriedade pelo tratorista, dentro de latões. A água utilizada para outros fins vinha de uma represa próxima, por meio de um escoamento que havia sido construído pelo próprio trabalhador.

O empregador jamais forneceu nenhum equipamento de segurança ao trabalhador, que não usava calçados ou luvas adequados para o seu trabalho. Na frente de trabalho tampouco havia qualquer fornecimento de água potável, local para fazer suas necessidades físicas ou para a alimentação, que era improvisada pelo próprio trabalhador. Tampouco havia materiais de primeiros socorros.

ERONICE DE SOUZA BORGES

CADEIA PRODUTIVA

Em abril de 2020, a Fazenda Pai e Filho, em Cariri do Tocantins (TO), adquiriu gado para engorda oriundo da Fazenda Umuarama, localizada em Aliança do Tocantins (TO). Na ocasião, a propriedade fornecedora estava na “lista suja” do trabalho escravo.

Sei meses depois, em outubro de 2020, a Fazenda Pai e Filho encaminhou gado para ser abatido pela Cooperfrigo Foods – indústria exportadora de carnes situada no Sul do estado do Tocantins.

A Fazenda Umuarama também figura entre os fornecedores diretos recentes do frigorífico Boi Brasil, conforme já revelado em reportagem publicada pela Repórter Brasil.¹ Um mês

após ser incluída na “lista suja”, ela encaminhou gado ao abatedouro do Boi Brasil em Alvorada (TO).

Além do caso de trabalho escravo, a mesma fazenda também foi multada em 2018 pela Secretaria do Meio Ambiente do Tocantins. A autuação foi motivada pelo desmatamento ilegal de 60 hectares no local.

EMPREGADOR

Eronice de Souza Borges, dono da Fazenda Umuarama, reside em Gurupi (TO) e é proprietário de outras fazendas na região.

TRABALHO ESCRAVO

O caso de trabalho escravo foi constatado em fiscalização ocorrida no mês de fevereiro de 2016. O caso foi in-

cluído na “lista suja” mais de dois anos depois, em outubro de 2018.

DESCRIÇÃO DO CASO

O caso foi apurado a partir de uma denúncia onde constava que o proprietário da fazenda ameaçava seus funcionários “dizendo que daria um tiro na cara a qualquer hora caso o trabalhador saísse da fazenda”. Durante a inspeção, os fiscais não confirmaram as ameaças de morte, mas constataram a existência de trabalho análogo ao escravo. Houve um resgate de apenas um trabalhador – um operador de máquinas que prestava serviços de desmatamento para a formação do pasto.

De acordo com os auditores, ele estava em condições degradantes de trabalho, já que “era tratado como coisa, ou melhor, como um mero instrumento de trabalho”. Entre os problemas verificados destacam-se:

A falta de registro formal do trabalhador, assinatura de carteira de trabalho, concessão de descanso semanal, de férias, décimo-terceiro e equipamentos de proteção.

O local onde o trabalhador estava “não possuía as mínimas condições de higiene e salubridade, uma vez que, apesar da construção em alvenaria, esta era desprovida de todos os itens necessários para a vivência humana. Assim, tratava-se de mero abrigo da chuva e do sol, eis que no alojamento não havia cama, armários, cozinha, mesa, banheiro, chuveiro”. Não era fornecido cama ou rede para que o trabalhador dormisse, e tampouco havia um local para que ele guardasse os seus pertences.

As fiações elétricas eram aparentes e não traziam segurança ao trabalhador, em desconformidade com as normas que regem esse tipo de instalação.

O banheiro do alojamento estava desativado, sem vaso sanitário ou chuveiro em funcionamento. Já o lavatório não tinha qualquer fornecimento de água.

A água para o preparo de refeições e para o consumo de trabalhador era retirada de uma cisterna sem vedação, situação que permitia a entrada de impurezas e insetos no seu interior.

*Cozinha onde trabalhadores preparavam
o alimento na fazenda Umuarama*



HÉLIO CAVALCANTI GARCIA

CADEIA PRODUTIVA

O pecuarista Hélio Cavalcanti Garcia forneceu gado diretamente ao Friogestrela por diversas ocasiões nos anos de 2018 e 2019, enquanto o seu nome figurava na “lista suja” do trabalho escravo no ano anterior.

As vendas foram realizadas a partir da Fazenda Barreirinho, Poxoréu (MT). Já o flagrante de trabalho escravo ocorreu em outra propriedade no mesmo município.

EMPREGADOR

Garcia foi prefeito de Rondonópolis na década de 1960 e, além de pecuarista, também é tabelião.

TRABALHO ESCRAVO

O empregador foi flagrado empregando mão de obra escrava em junho de 2016, e foi incluído na “lista suja” no ano seguinte. A fiscalização identificou cinco trabalhadores em situação análoga à escravidão na sua Fazenda Rio Dourado. O caso foi originalmente revelado em 2019, em reportagem publicada pela Repórter Brasil.²



JOSÉ CARLOS NOBRE MONTEIRO / JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

CADEIA PRODUTIVA

Ambos os pecuaristas forneceram gado frigorífico Frigotil, localizado em Timon (MA), durante suas estadias na “lista suja”. Trata-se de outro caso relatado em reportagem previamente publicada pela Repórter Brasil.

No caso de José Carlos Nobre Monteiro, as vendas foram feitas entre maio e setembro de 2018 a partir da Fazenda Vitória, em Bacabal (MA). Já José Rodrigues dos Santos abasteceu a empresa com animais oriundos de

diversas fazendas maranhenses entre 2018 e 2019

EMPREGADOR

José Carlos Nobre Monteiro também é conhecido como Carlinhos Florêncio. Ele é deputado estadual pelo PCdoB no Maranhão, onde exerce atualmente seu terceiro mandato. Já José Rodrigues dos Santos é um pecuarista dono de diversas propriedades rurais no estado, com histórico de reincidência no uso de mão de obra escrava.

TRABALHO ESCRAVO

Carlinhos Florêncio foi autuado por submeter nove trabalhadores à escravidão na Fazenda Tremendal, em Parna-

rama (MA). Eles foram resgatados em abril de 2016. O pecuarista foi incluído na “lista suja” dois anos depois.

José Rodrigues dos Santos teve o seu nome inserido na “lista suja” em outubro de 2017. Sua inclusão deveu-se ao resgate de 22 funcionários na Fazenda Lago Azul, em Brejo de Areia (MA).

Mas esse não foi o primeiro flagrante de trabalho escravo envolvendo Santos. Em 2007, ele foi responsabilizado pela exploração de 48 trabalhadores na Fazenda Ilha/Veneza, em Capinzal do Norte (MA). Dois anos depois, uma nova fiscalização na mesma propriedade levou a novo resgate, desta vez de 29 trabalhadores. Na ocasião, os fiscais apuraram que Santos havia arrendado o terreno para o seu irmão.



Local utilizado para o preparo de comida em fazenda de pecuária

POSICIONAMENTO DE FRIGORÍFICOS E PECUARISTAS

Os pecuaristas e as empresas diretamente envolvidos nos casos citados neste relatório foram procurados através de e-mails e/ou telefones disponíveis em seus canais.

As respostas na íntegra estão disponíveis no seguinte link:

<https://reporterbrasil.org.br/2020/12/integra-das-respostas-sobre-relatorio-de-trabalho-escravo-e-pecuaria/>

MINERVA

Em nota enviada à Repórter Brasil, o frigorífico afirmou: "que nunca tivemos relações comerciais com a Fazenda 4 de Outubro, localizada em Ancius (GO). A Fazenda Pateiro (Araguanã/TO), por sua vez, é habilitada para o fornecimento de gado para a Minerva Foods, e os dados que legalmente estão disponíveis para uso oficial não permitem à Companhia encontrar irregularidades no processo de fornecimento do gado para a nossa unidade de Araguaína/TO. Vamos apurar os fatos e, caso seja encontrada qualquer irregularidade neste processo de comercialização de gado para a nossa planta localizada no município tocantinense, tomaremos as providências cabíveis."

FRIGOTIL

O frigorífico afirmou que não tinha conhecimento dos casos de trabalho análogo ao escravo no momento das compras citadas neste relatório. "Além de se valer de empresa de consultoria, o Frigotil se vale da consulta ao cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo."

JBS

Em nota enviada à Repórter Brasil, o frigorífico afirmou que "todos os compromissos assumidos pela JBS para a compra de bovinos de seus fornecedores diretos se baseiam na verificação contínua da Lista Suja do Trabalho Escravo, que é a base oficial do governo para identificar esses casos. O bloqueio é imediato assim que o CPF do produtor aparece na lista e assim foi feito nos casos mencionados."

RAFAEL PEDRON VICENTE

O pecuarista contesta os autos de infração lavrados pelos auditores fiscais do trabalho. Na defesa apresentada ao Ministério da Economia, ele chama os depoimentos que embasaram a autuação de mentirosa e de que ele foi vítima de uma simulação. "Com o conhecimento dos Autos de infração, que temos a certeza que fomos vítimas de um estelionato, em que o estelionatário, ainda por cima, conseguiu iludir até o momento, os Agentes do Poder Público, utilizando-os como instrumento de pressão para a sua consumação".

Vicente afirmou "não se recordar" se as vendas ao frigorífico foram antes ou após a fiscalização. "Depois desse episódio, literalmente acertei o pagamento de todos funcionários do empreiteiro, e parei totalmente a atividade, digo, continuei operando somente para retirar o gado e vendê-lo. Encerrei minhas atividades no Brasil sem deixar dívidas ou quaisquer pendências".

FRIGOESTRELA

Em e-mail enviado à Repórter Brasil em setembro de 2019, o Frigoestrela afirmou que "repudia quaisquer práticas análogas ao trabalho escravo/infantil, tendo uma trajetória idônea de mais de 40 anos de atuação nos mercados nacional e internacional. Tanto que mantém a prática já corriqueira de todos os departamentos responsáveis pela compra de bovinos acompanharem os fornecedores junto aos cadastros oficiais, com visitas periódicas às propriedades, e coibição imediata da compra, em caso de qualquer restrição observada." Eles afirmaram que, naquele momento, já não mantinha "mais qualquer tipo de relação com o pecuarista mencionado ou com qualquer uma de suas propriedades".

AMARILDO MARTINI

O gerente do grupo Rodoserv, Valdir Teixeira da Silva Júnior, negou que trabalhadores na fazenda estivessem submetidos a condições análogas à escravidão em depoimento publicado à época da inspeção no blog do jornalista Leonardo Sakamoto, diretor da Repórter Brasil.³ O gerente afirmou que a operação apenas identificou trabalhadores sem registro. "A operação aconteceu apenas por falta de registro. A empresa está fazendo o acordo para acertar o que compete a ela, dentro da responsabilidade dela e dentro da legalidade. Agora, essas condições que estão colocando aí, isso não existe," disse ele em entrevista ao blog. A Repórter Brasil buscou contato novamente com o grupo, mas não obteve resposta.

HÉLIO CAVALCANTI GARCIA

Em reportagem publicada no portal G1 à época do flagrante, ele declarou que foi vítima de um flagrante armado por um funcionário que lhe devia R\$ 17 mil. Disse ainda que os trabalhadores não eram seus funcionários – um deles era empreiteiro e os outros quatro, subempreiteiros.⁴ Garcia não respondeu às tentativas de contato da Repórter Brasil.

JOSÉ CARLOS NOBRE MONTEIRO

Em entrevista ao UOL em 2018,⁵ o advogado do deputado Carlinhos Florêncio alegou que a inclusão de Florêncio na “lista suja” era injusta pois, apesar de ser o proprietário da fazenda, seus irmãos eram os responsáveis pela administração. A Repórter Brasil escreveu ao gabinete do deputado, mas não obteve respostas.

OUTROS

Também não responderam os pecuaristas Joaquim Bahia Evangelista, José Carlos Nobre Monteiro, José Rodrigues dos Santos, Eronice de Souza Borges e os frigoríficos Cooperfrigu e Boi Brasil não responderam às tentativas de contato da Repórter Brasil.



NOTAS

1 <https://reporterbrasil.org.br/2019/09/pao-de-acucar-suspende-compra-de-carne-de-fornecedores-autuados-por-trabalho-escravo/>

2 Idem

3 <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/10/15/paraguaios-sao-resgatados-da-escravidao-apos-dez-anos-em-fazenda-no-ms/>

4 <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/servidor-da-sema-e-mais-3-sao-autuados-por-trabalho-analogo-a-escravidao-em-mt.ghtml>

5 <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/29/fazendeiro-e-socio-de-empresa-na-lista-do-trabalho-escravo-disputam-eleicao.htm>